

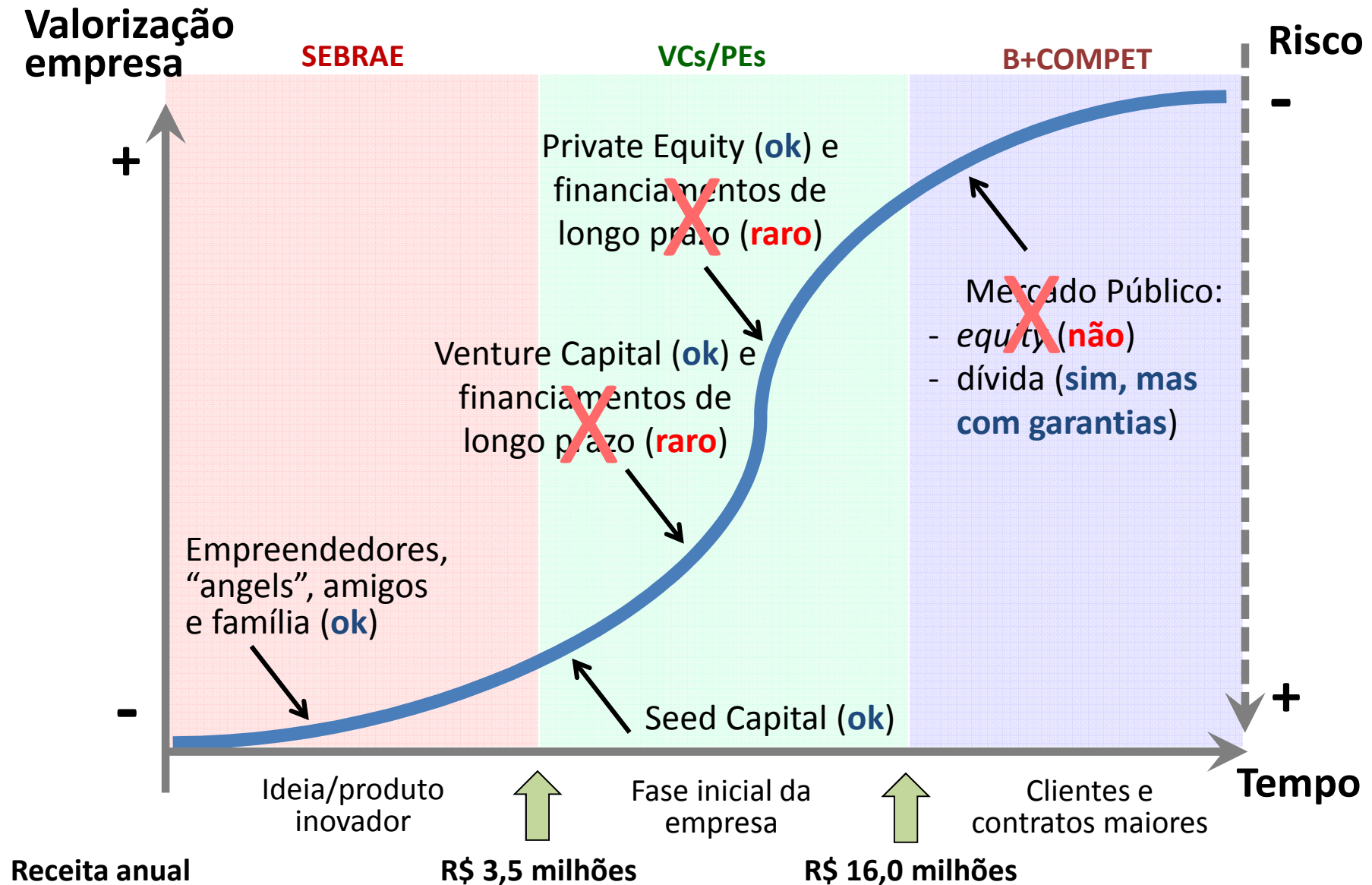


Programa de aumento de competitividade empresarial
e melhoraria no acesso a capital de crescimento
PL 6558/2013

Destaques do **BRASIL+** *Competitivo* (em 5 anos)

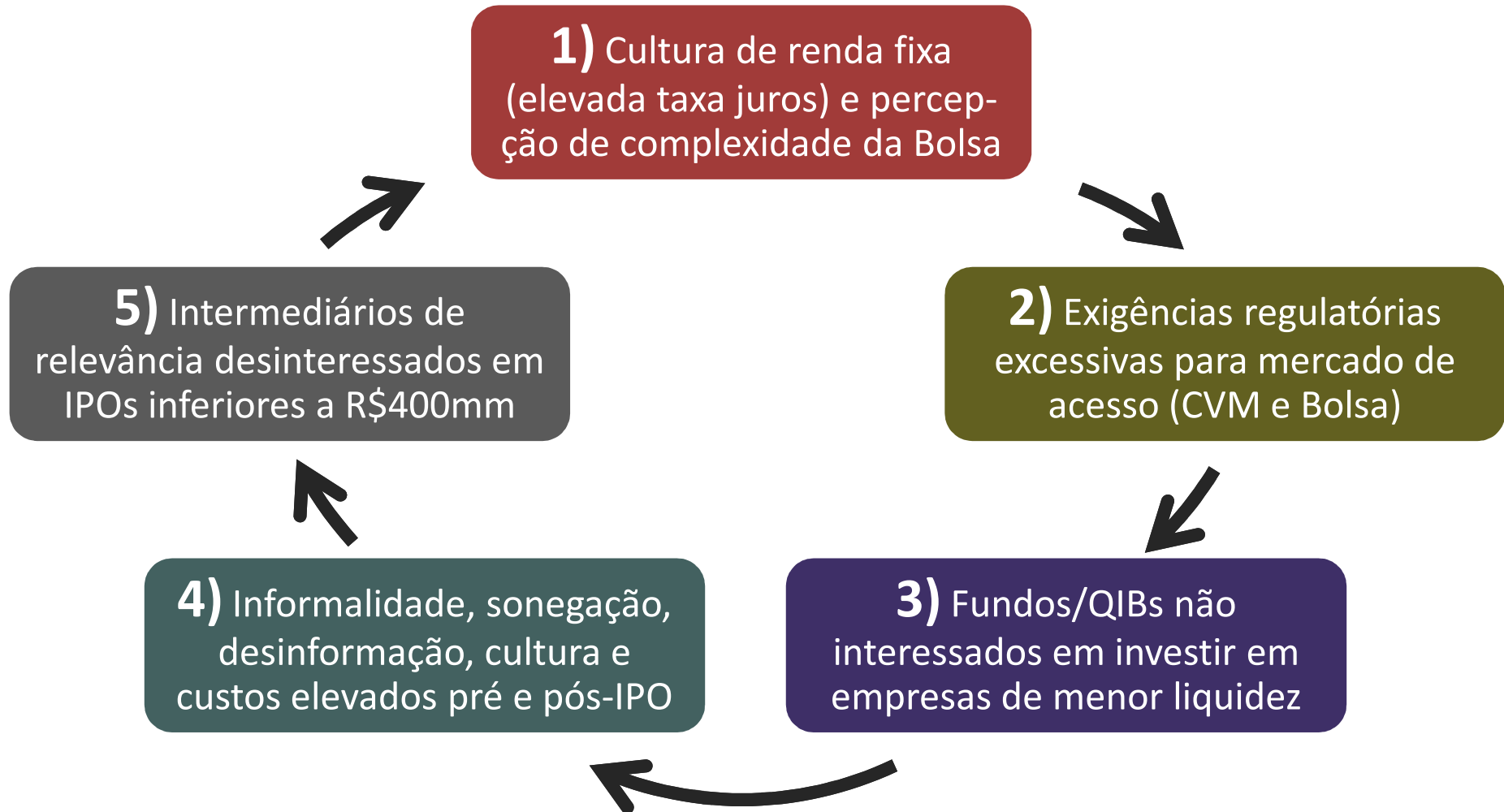
- ⚙️ +R\$84 bilhões de **INVESTIMENTO PRIVADO** produtivo (crescem taxas de investimento e de poupança)
- ⚙️ +1,1 milhão de **EMPREGOS** formais
- ⚙️ Aumento da pauta de **EXPORTAÇÃO** (médias empresas)
- ⚙️ +R\$2,5 bilhões de **GANHO LÍQUIDO DE IR**
- ⚙️ +R\$6,8 bilhões adicionais de **INSS/FGTS**
- ⚙️ Ganhos **ADICIONAIS** com tributos estaduais/municipais
- ⚙️ **FORMALIZAÇÃO** de cadeias produtivas
- ⚙️ Crescimento **SUSTENTADO** do PIB

Mercado de capitais está travado



Ciclo vicioso | Mercado estagnado

Principais travas para as PMEs – Desde 2005



Como fazer o **BRASIL+** *Competitivo* acontecer ?

50%

Mobilização sem precedentes da sociedade civil em prol da **educação empresarial** (“revolução”) para **competitividade**, investimento produtivo e perpetuidade dos negócios

Piloto 4/out ✓

(100% iniciativa privada)

50%

Ação estratégica de **destravamento** do mercado

30% ↙

Incentivo à **oferta** (crédito tributário à empresa no IR a pagar, para redução do custo de capital)

↘ 20%

Incentivo à **demanda** (redução de IR sobre ganho de capital, para redução do risco do investidor)

Interlocutor único: **MF/RFB**
Liderança da CNI
PL 6558/2013 Dep. Otávio Leite ✓

Modelagem econômica



Premissas (cálculos feitos para primeiros 5 anos):

- Crédito tributário (IR a pagar) de R\$2,5 milhões/ano/IPO (em média) para PMEs (total de 5 anos);
- Desoneração de 100% dos 15% do IR sobre ganho de capital aos investidores (20% de ganhos ao ano);
- Cerca de 78% do capital levantado em dívida ou *equity* é utilizado para investimentos (média 2004 a 2008);
- Margem EBITDA média de 15% e faturamento médio R\$150 milhões. Alavancagem média de 2x EBITDA;
- Ofertas até R\$250 milhões (mínimo 70% primária) e faturamento de até R\$300 milhões (Lei nº 11.638);
- IPO médio de R\$100 milhões (retorno sobre K investido (antes de IR) 15% / Líquido (9%) e IR 34%).

| Ano | # Cias Listadas ano/Acumulado | Crédito Tributário Acumulado R\$MM | Total Ações para CAPEX R\$MM | Dívida Captada para CAPEX R\$MM | Captação total para CAPEX R\$MM | Lucro antes de IR R\$MM | IR Sobre Retorno/ /Capital Investido | Ganho de Capital Investidores (PF/fundos) | Desoneração IR Invest. Acumulado R\$MM |
|--------------|-------------------------------|------------------------------------|------------------------------|---------------------------------|---------------------------------|-------------------------|--------------------------------------|---|--|
| Ano 1 | 50/50 | 125 | 3.900 | 819 | 4.719 | 708 | 241 | - | - |
| Ano 2 | 100/150 | 500 | 11.700 | 4.329 | 16.029 | 2.404 | 1.058 | 1.000 | 150 |
| Ano 3 | 200/350 | 1.375 | 27.300 | 11.349 | 38.649 | 5.797 | 3.029 | 3.000 | 600 |
| Ano 4 | 200/550 | 2.750 | 42.900 | 18.369 | 61.269 | 9.190 | 6.154 | 7.000 | 1.650 |
| Ano 5 | 200/750 | 4.625 | 58.500 | 25.389 | 83.899 | 12.583 | 10.432 | 11.000 | 3.300 |

Cálculo do impacto dos investimentos para geração de empregos (Modelo BNDES)



(*) Metodologia BNDES aplicada conservadoramente (desconsiderando efeito renda e apenas 50% de empregos indiretos). Adicionalmente, como parte dos 78% pode ser utilizada em investimentos no exterior ou aquisições, utilizada apenas 60% da geração de empregos.

Geração de benefícios



Ganho líquido de arrecadação de IR (R\$2,5 bilhões, em cinco anos)

Tangíveis

Impulso de R\$7,9bi em crédito tributário e isenção de IR ganho K (nada antecipado)

Geração de R\$84bi em investimentos privados (CAPEX)
R\$10bi de contribuição direta para PIB brasileiro (base AIM)

Criação de 1,1 milhão de postos formais de trabalho (modelo BNDES: projeção conservadora*)

Arrecadação de R\$10,4 bi em IR
Circulação adicional de R\$6,8 bi em INSS e FGTS

Retorno GOVERNO FEDERAL e ganhos adicionais ESTADOS/MUNICÍPIOS**

Intangíveis

Ação de Governo de alto impacto na economia
"Florescimento empreendedor" (ex. tecnologia)

Desenvolvimento do mercado de capitais e educação em renda variável
Ativação da cadeia produtiva e de intermediários

Plataforma para inovação, competitividade e crescimento sustentado do PIB (+poupança, +consumo)

Criação de **novos polos industriais** (ex. interior País)
Bolsa refletindo **estrutura produtiva brasileira**

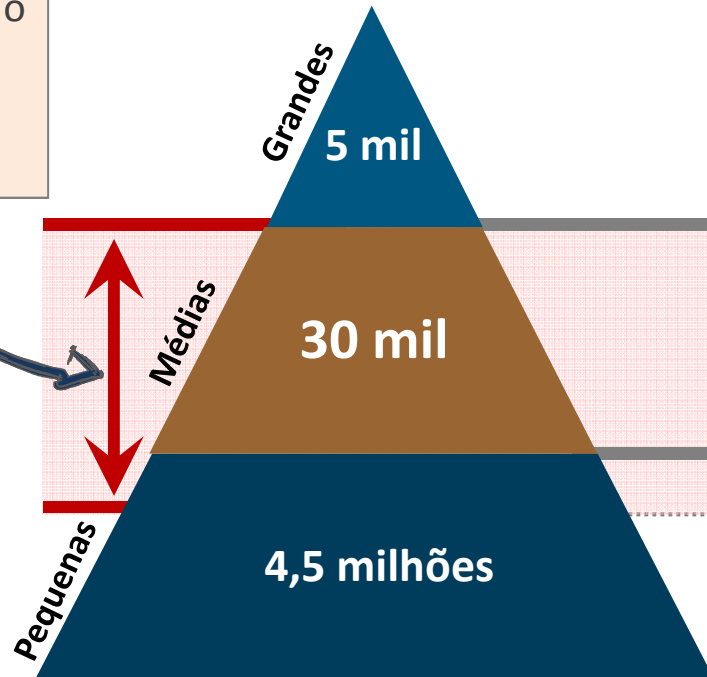
(*) Estimativa conservadora: modelo BNDES com desconto de 40% (100% empregos diretos + 50% empregos indiretos + 0% empregos efeito renda)..

(**) Ganhos adicionais a ESTADOS e MUNICÍPIOS não estão quantificados no B+COMPET.

Público alvo do



PMEs-alvo para o
“B+COMPET”:
+35 mil



- Faturamento: >R\$400mm
- Funcionários: +500
- Empresas listadas: 285
- Faturamento: R\$20mm a R\$400mm
- Funcionários: 100 a 500
- Empresas listadas: 66
- Faturamento: <R\$20mm
- Funcionários: até 100
- Empresas listadas: 10 (inclui pré-ops)

B+COMPET: O próprio mercado incentivando e financiando o crescimento do PIB, a formalidade (mais impostos), a geração de empregos e a distribuição de renda → **com sustentabilidade e com igualdade de tratamento setorial**

Racional do **BRASIL+** *Competitivo* para o Governo

- ⚙️ Impacto zero no Orçamento da União → fluxo de caixa IR é positivo no crédito tributário e no ganho de capital
- ⚙️ Governo capitaliza na “boa notícia” → e fica credor do empresariado após PL: educação e investimentos
- ⚙️ Se o mercado de acesso não destravar → Governo não terá desonerado absolutamente nada (só no sucesso)
- ⚙️ Se o mercado de acesso destravar (sucesso) → Governo captura R\$2,5 bi (IR líquido), além de demais benefícios

Não há desonerações, em linha com política econômica do MF, e com simplicidade/rapidez de implementação

Quem desenvolveu/apoia o **BRASIL+** Competitivo ?

- ⚙️ **183 integrantes** (20 meses de trabalho) sendo: **106** entidades, consultorias e associações, **49** escritórios de advocacia, **17** bancos e **11** auditorias, incluindo:





A abertura de capital dessas empresas parece ser uma tendência mundial. Por **Antonio Everton Junior**

Um programa para dar competitividade às PMEs

O Programa de Aceleração do Crescimento para Pequenas e Médias Empresas (PAC-PME) é um conjunto de ações de base público-privada. Foi elaborado para propiciar melhor competitividade e acesso a capital de crescimento de negócios, transformando a cultura empreendedora brasileira, por meio da abertura de capital e oferta pública de ações (IPOs).

Programa de Aceleração do Crescimento para Pequenas e Médias Empresas (PAC-PME) é um conjunto de ações de base público-privada. Foi elaborado para propiciar melhor competitividade e acesso a capital de crescimento de negócios, transformando a cultura empreendedora brasileira, por meio da abertura de capital e oferta pública de ações (IPOs).

Com 353 empresas listadas, o Brasil se aproxima dos que possuem baixa expressão econômica. Consegue ficar à frente da África do Sul (348), Mongólia (329) e Vietnã (311), mas se encontra abaixo de outros com estágio de desenvolvimento inferior, como Paquistão (573), Tailândia (532) e Cingapura (472).

As estimativas se destacam pela ordem de grandeza. Uma vez implantado, espera-se nos cinco anos seguintes que a competitividade das empresas cresça devido ao aumento dos investimentos e do número de empregos.

São estimadas inversões produtivas da ordem de R\$ 84 bilhões; criação de mais de 1,1 milhão de empregos; ganho líquido de arrecadação de R\$ 2,5 bilhões em imposto de renda (único instrumen-

As pequenas e médias empresas (PMEs) de hoje (as futuras grandes empresas) carecem de alternativas de capital de crescimento. Custos com empréstimos e financiamentos são, frequentemente, irviáveis e fáticos para a sobrevivência do empreendimento, assim como emperram a melhoria da produtividade e a elevação da competitividade empresarial.

Ainda na contramão do resto do mundo em alguns aspectos estratégicos para o desenvolvimento, o Brasil apresenta indicadores que refletem a necessidade de transformação para que possa se inserir no mercado global em melhores condições, graças ao fermento da produção e da renda.

No ranking do índice de competitividade internacional (2011) medido entre 43 países, o Brasil aparece quase entre os últimos, em 37º lugar, estacionado na mesma posição do ranking de 2008/2009, mostrando que a competitividade das empresas brasileiras não mudou.

Enquanto a taxa de investimento do Brasil diminuiu de 19% para 18% do PIB entre 2011 e 2012, na Índia atingiu 34%, ao passo que na China, mesmo com a redução do seu ritmo de crescimento, a relação alcançou 50% do PIB.

Estudos contextualizam que para tornar as empresas brasileiras mais competitivas fortalecendo o mercado interno, dobrando de tamanho o PIB per capita atual, a taxa de investimento precisaria aumentar para 25% do PIB pelos próximos treze anos.

A favor do PAC-PME, a abertura de capital das PMEs parece ser tendência mundial, alternativa para a pavimentação da caminhada a ser seguida pelo desenvolvimento econômico já experimentado pelas nações centrais.

No ranking dos países com empresas nas bolsas de valores o Brasil aparece bem deslocado dos que ocupam as primeiras posições. Em 23º lugar, encontra-se distante da Índia (6.838 empre-

A proposta do PAC-PME apresenta-se fundamentada e é inovadora por desfaldar bandeira importante para o mercado brasileiro. Ela trata da injeção de capital de investidores privados nas PMEs, aquelas que, apesar do risco, apresentam potencial de crescimento em virtude da capacidade produtiva e estrutura organizacional sólida. Assim, o PAC-PME visa melhorar a cultura empreendedora, bem como ampliar a capacidade competitiva.

Trata da injeção de capital de investidores privados nas empresas que têm potencial de crescimento

A exposição de motivos para implementação considera a diminuição do custo de capital para PMEs, barateando a captação, expandindo assim o mercado de capitais — o ambiente apropriado para que as empresas possam capitalizar-se a um custo menor e bem mais competitivo.

Para que o programa possa avançar precisa contar também com a efetiva participação do governo. A redução desse custo de capital para PMEs deve ser feita por meio de crédito tributário no imposto de renda a pagar, para compensar parcialmente despesas com preparação, oferta e compliance regulatório por cinco anos, com um limite de R\$ 4,0 milhões ao ano, além de isenção de IR sobre ganhos de capital dos investidores nas dessas PMEs.

Um dos méritos do PAC-PME é que o governo, em momento algum, abre mão do recolhimento de impostos. Todo programa só se efetiva no sucesso das operações de IPO (captação de recursos para crescimento), momento em que as empresas já estarão pagando mais impostos em decorrência do investimento produtivo dos recursos captados.

tu viabilizador do PAC-PME); e circulação adicional de recursos de R\$ 6,8 bilhões no montante das contas do INSS e do FGTS.

Mais informações sobre o PAC-PME podem ser encontradas na web. Atualmente o programa conta com quase 150 integrantes, entre entidades de representação empresarial e de trabalhadores, institutos de competitividade e empreendedorismo, instituições financeiras, consultorias, associações de classe, escritórios de advocacia e auditorias.

O alvo é atingir cerca de 30 mil empresas com faturamento anual na faixa de R\$ 20 milhões a R\$ 400 milhões, empregando de 100 a 500 pessoas.

Desenvolver uma alternativa no mercado de capitais para que o mesmo possa cumprir a função de facilitador do crescimento de PMEs, por meio da abertura de capital, é por si só um grande desafio, já que alguns fatores pesam em contrário, como o elevado custo para a abertura de capital; o baixo número de empresas em bolsa de valores; o fato do país não ter tradição em democratizar o capital; a forte concentração da renda e do mercado; e, por fim, também pesa o risco advindo do ganho variável não fazer parte da cultura e da tradição dos investidores brasileiros.

O PAC-PME é também um programa de inclusão empresarial e educacional. O portal mostra o viés educativo a fim de atrair empreendedores e investidores. Apresenta informações a respeito do tipo de operação aonde pretende chegar (equity ou dívida). As premissas são as de que a participação das PMEs deve fortalecer o mercado de capitais e incentivar o crescimento sustentável da economia — algo parecido com o que já acontece lá fora.

Antonio Everton Junior economista da Confederação Nacional da Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)

Empresas

Capital aberto Entidades elaboram projeto para facilitar entrada de pequenas empresas no mercado de ações

Acesso facilitado ao mercado será discutido com governo

Ana Paula Ragazzi
Do Rio

Bancos de investimento, grandes escritórios de advocacia, auditórias e entidades de mercado de capitais estão trabalhando para facilitar o acesso de pequenas e médias empresas ao mercado de ações.

Depois de mais de dois meses, um grupo de trabalho finalizou um projeto de lei que prevê a criação de um novo tipo de ação para facilitar o acesso de pequenas e médias empresas ao mercado de ações. A ideia é criar um novo tipo de ação que permita que pequenas e médias empresas tenham acesso ao mercado de ações de forma mais simples e rápida.

O projeto prevê a criação de um novo tipo de ação que permita que pequenas e médias empresas tenham acesso ao mercado de ações de forma mais simples e rápida. O projeto prevê a criação de um novo tipo de ação que permita que pequenas e médias empresas tenham acesso ao mercado de ações de forma mais simples e rápida.

O projeto prevê a criação de um novo tipo de ação que permita que pequenas e médias empresas tenham acesso ao mercado de ações de forma mais simples e rápida. O projeto prevê a criação de um novo tipo de ação que permita que pequenas e médias empresas tenham acesso ao mercado de ações de forma mais simples e rápida.

Mercado de Acesso

Entidades levam proposta de isenção para compra de ações de empresas menores ao governo



Angelo Pavini | IBOV

Representantes dos empresários, entidades de mercado, bancos, escritórios de advocacia e consultorias se reuniram ontem em Brasília com funcionários do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) para buscar apoio a um plano de incentivo à abertura de capital de pequenas e médias empresas na Bolsa. Batizado de Programa de Aceleração do Crescimento para Pequenas e Médias Empresas (PAC-PME), numa alusão ao programa do governo de incentivo aos investimentos, o grupo de trabalho quer obter do governo medidas fiscais que incentivem a ida das pequenas e médias companhias ao mercado.

Abatimento de IR para empresa e isenção para investidor

Uma das principais medidas seria permitir às empresas desse segmento abaterem do imposto de renda os gastos com a abertura de capital. Seria uma forma de a empresa compensar essas despesas, que pesam no orçamento dos pequenos empresários, lembra Rodolfo Zabisky, sócio da Attitude Global e um dos idealizadores do projeto. Outra medida que depende do governo seria isentar os investidores que comprarem ações dessas empresas do imposto de renda sobre o ganho de capital. Hoje, as pessoas físicas pagam 15% de imposto sobre o ganho com ações sempre que as vendas de papéis no mês superarem R\$ 20 mil.

Mais 750 empresas no mercado

Na estimativa do grupo, que já reúne 62 entidades, escritórios de advocacia e empresas, incluindo a Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), essas medidas permitiriam a entrada no mercado de 750 novas pequenas e médias empresas, com faturamento até R\$ 400 milhões por ano, nos próximos cinco anos, em ofertas de R\$ 250 milhões na média.

Plano abre mercado de ações a pequena e média empresa

Ana Paula Ragazzi
Do Rio

Bancos de investimento, grandes escritórios de advocacia, auditorias e entidades de mercado resolveram buscar o apoio do governo para desobstruir o acesso de pequenas e médias empresas ao mercado de capitais. A proposta terá dois pontos básicos: um pedido de créditos tributários a companhias que façam captações por meio da emissão de ações e a criação de fundos de investimento que irão comprar esses papéis e terão isenção do imposto de Renda sobre ganhos de capital. Além disso, sugere algumas facilidades nos trâmites da oferta inicial de ações para tornar o processo mais rápido.

Um grupo de trabalho discutiu a proposta durante dois meses e a encaminhá-

rá ao Ministério da Fazenda nos próximos dias. A ideia é atacar os dois pontos principais que impedem o acesso de empresas menores ao mercado: a falta de investidores interessados nesses papéis pouco líquidos e o custo de se manter uma companhia de capital aberto.

Do sistema, inicialmente batizado de programa de aceleração do crescimento de pequenas e médias empresas (PAC PME), poderão aderir companhias com faturamento anual de até R\$ 400 milhões e que irão captar até R\$ 250 milhões no Bovespa Mais, o mercado de acesso da Bolsa. Pelos cálculos do grupo, de imediato, 750 companhias, de um universo de 15 mil, poderiam participar do programa.

Conforme a proposta, para conquistar créditos tributários de até R\$ 4 milhões anuais por um prazo de cinco

anos a oferta precisará ser 70% "primária", ou seja, a maior parte dos recursos captados deverá ir para o caixa da empresa, e não para os acionistas controladores. O ganho para o governo virá da formalização da atividade dessas empresas e a maior arrecadação no futuro.

O plano estima que, em cinco anos, haverá R\$ 84 bilhões em investimento privado produtivo, R\$ 10,8 bilhões em arrecadação adicional de impostos e 1,1 milhão de empregos criados.

O grupo já se reuniu com a CVM e a BM&FBovespa pedindo simplificações de algumas regras. Dele participam BTG Pactual, Credit Suisse, Itaú BBA, Bradesco BBI, Santander, Morgan Stanley, Banco Votorantim, KPMG, Deloitte, PwC, Grant Thornton, Ernst & Young e BDO, além de mais uma dezena de instituições e entidades. **Página B2**

FOLHA DE S. PAULO
22/13/2012 - 18h30

Proposta de incentivos tributários pode até 750 empresas à Bolsa

THIAGO SANTOS
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

Atualizado às 18h44.

Um projeto de criação de incentivos tributários para abertura de capital de empresas com faturamento de até US\$ 400 milhões anuais pode levar cerca de 750 companhias à Bolsa em cinco anos.

Site promove "encontros" de pequenas empresas e investidores

A estimativa é do grupo elaborador do PAC-PME (Programa de Aceleração do Crescimento para Pequenas e Médias Empresas), formado por mais de 40 financeiros, auditorias, associações e entidades de mercado.

A medida visa elevar a participação dessas companhias na Bolsa e se baseia em pontos principais: permitir a isenção do Imposto de Renda sobre ganhos do investidor e crédito tributário para as pequenas empresas que realizarem ações.

O documento será entregue à CVM (Comissão de Valores Mobiliários) nesta expectativa é que a entidade faça a interlocução entre o setor e o Ministério.

"Queremos destravar o ciclo vicioso no mercado de acesso", afirma Rodolfo representante do grupo PAC-PME. Ele explica que esse ciclo inclui uma cultura no país, com elevada taxa de juros, exigências regulatórias excessivas mercado de acesso na Bolsa, fundos sem interesse por empresas com liquidez elevada para a emissão.

O trabalho foi desenvolvido ao longo de quatro meses. "Resolvemos tornar públicas para que ele possa ser discutido até mesmo por outras entidades, elaborando propostas semelhantes", diz Zabisky.

ACELERAÇÃO DAS PMES

Movimento quer destravar R\$ 84 bi em investimento com incentivos para a entrada na Bolsa

PRINCIPAIS PROPOSTAS

- Para o investidor: Isenção de Imposto de Renda sobre ganho de capital na venda de ações de PMEs, como atrativo para investimento com mais risco e menor liquidez
- Para empresas: Durante cinco anos, a empresa desconta do seu Imposto de Renda até R\$ 4 milhões anuais com o que gastou para entrar e se manter na Bolsa

OBJETIVOS PRETENDIDOS EM CINCO ANOS

- Oferta de ações na Bolsa de 750 pequenas e médias empresas*
- R\$ 84 bilhões de investimentos privados em empresas
- Aumento de R\$ 6,8 bilhões de arrecadação de INSS/FGTS
- Formalização e criação de 1,1 milhão de empregos
- Aumento de R\$ 10,4 bilhões em arrecadação de tributos
- R\$ 10 bilhões em contribuição direta para a expansão do PIB

*O valor médio esperado para cada captação é de R\$ 100 milhões
Fonte: PAC-PME

FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

27 DE MAIO DE 2013 5H15

Grupo quer destravar acesso de PME à Bolsa

Acesso ao mercado de capitais deve atrair R\$ 84 bi em investimentos, estima estudo

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

Para destravar o acesso de empresas menores à captação de recursos na Bolsa, o movimento PAC-PME reúne 89 participantes, entre associações da indústria, do comércio, de trabalhadores e de bancos, além de escritórios de auditoria e de advocacia.

O grupo estima que, ao facilitar a entrada dessas empresas na Bolsa, seria possível atrair R\$ 84 bilhões em investimentos, além de aumentar a arrecadação de tributos e a geração de empregos.

A previsão é que, caso as propostas sejam implementadas pelo governo, ocorreriam 750 aberturas de capital em cinco anos, cada uma com a captação de R\$ 100 milhões. Desse recursos, 78% seriam utilizados como investimento nas empresas, que, por seguir regras de governança corporativa, também conseguiriam mais recursos por meio de empréstimos.

Até agora, a oferta de ações em Bolsa no Brasil é mais restrita a grandes empresas. Criado em 2008, o Bovespa Mais, segmento de acesso para empresas menores, tem três companhias listadas.

Questionado se a previsão de ofertas públicas não seria muito otimista, o idealizador do movimento, Rodolfo Zabisky, cita dados do Banco Mundial que colocam o Brasil como o 23º país em número de companhias nacionais com ações em Bolsa, apesar de ser a sexta maior economia do mundo.

Principal executivo do gru-

po de comunicação corporativa @titude, Zabisky diz que existe uma demanda reprimida de empresas que teriam como negociar ações em Bolsa. "São cerca de 35 mil companhias com faturamento entre R\$ 15 milhões e R\$ 400 milhões. Acreditamos que 2,5% delas iriam entrar na Bolsa."

PROPOSTAS

Para Ailton Leite, vice-presidente de finanças da Anefac, (Associação Nacional dos Executivos de Finanças), a cultura de investimentos mais seguros, como consequência de um passado de juros altos, e os custos para se fazer uma oferta pública inicial (como com escritórios de advocacia e auditorias) tornaram a Bolsa pouco atraente para empresas menores.

Para modificar esse cenário, o PAC-PME trabalha com duas propostas principais.

Para estimular a demanda do investidor, defende a isenção de Imposto de Renda sobre o ganho de capital na venda de ações de uma empresa menor porte — e que naturalmente representa mais riscos e menor liquidez.

Já para as empresas que fazem a oferta, o grupo propõe um crédito tributário de R\$ 4 milhões anuais a ser descontado em seu Imposto de Renda durante cinco anos.

De acordo com a UGT (União Geral dos Trabalhadores), último integrante a aderir ao grupo, ao entrar na Bolsa as empresas são obrigadas a formalizar os seus funcionários e gerar mais empregos. **(FILIPE OLIVEIRA)**

Ações | 22/11/2012 18:08 | Comentários (0) Views (1064) | Salvar

Mercado monta projeto para IPOs de PMEs

PAC-PME pede a desoneração das empresas que buscarem o mercado de capitais

São Paulo - Será lançado nesta quinta-feira, às 20h, o portal do PAC-PME (Programa de Aceleração de Crescimento para Pequenas e Médias Empresas). O site abriga as propostas elaboradas pelo grupo de trabalho liderado por instituições como o MBC (Movimento Brasileiro de Pequenas e Médias Empresas) e a BRAIN (que reúne as instituições Anbima, Febraban e Fecomércio) e por intermediários financeiros coordenados pelos bancos BTG Pactual e Itaú BBA.

- Leia Mais**
- 15/03/2013 | As 10 ações que mais caíram e subiram na semana
 - 15/03/2013 | André Esteves é indicado para conselho da BM&FBovespa
 - 15/03/2013 | Melhor é não confundir bolsa com Ibovespa, diz Coinvalores
 - 15/03/2013 | Bovespa começa os negócios em alta

O projeto, que levou cerca de quatro meses para ser elaborado, visa destravar o mercado de capitais para as pequenas e médias empresas. "É um conjunto de soluções simples que, se aceitas pelo Ministério da Fazenda e pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários) podem levar as empresas à bolsa — e a retorno ao governo federal", diz Rodolfo Zabisky, presidente do projeto.

O ponto chave do projeto é o de permitir que o empresário desconte de seu Imposto de Renda os custos que teria com uma Oferta Pública Inicial de ações (IPO, na sigla em inglês). "A realidade é que o empresário, quando pensa em fazer um IPO, desiste porque vê que terá que abrir mão de margem", argumenta Zabisky. "É um custo muito alto para um

Na opinião de Eduardo

FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Site promove "encontros" de pequenas empresas e investidores

THIAGO SANTOS
 COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

A equipe responsável pelo PAC-PME (Programa de Aceleração do Crescimento para Pequenas e Médias Empresas), projeto que pretende aumentar a participação dessas companhias na Bolsa, lançou nesta quinta-feira (22) um portal de orientação e de estímulo ao crescimento de pequenas empresas.

Proposta de incentivos tributários pode levar até 750 empresas à Bolsa
 "A proposta é que funcione com um site de encontros", diz Rodolfo Zabisky, representante do grupo que reúne mais de 40 intermediários financeiros, escritórios de advocacia, auditorias, associações e entidades de mercado.

A plataforma disponibiliza informações sobre o projeto, além de treinamento, produtos e serviços, técnicas de marketing e opções para que essas empresas possam se capitalizar e crescer.

O acesso ao portal será gratuito e pode ser feito pelo endereço www.pacpme.com.br.

PAC-PME
 O grupo do PAC-PME deverá encaminhar nesta semana o seu projeto à CVM (Comissão de Valores Mobiliários). A entidade, segundo o grupo, deverá fazer a interlocução de equipes que ofereçam projetos para o setor e o Ministério da Fazenda.

O lançamento do portal faz parte da apresentação oficial das propostas do grupo do PAC-PME. As propostas se baseiam em dois pontos principais: permitir a isenção do imposto de renda sobre ganhos de capital para o investidor e crédito tributário para as pequenas empresas que realizarem emissão de ações.

Cias Abertas Indústria Infraestrutura Consumo Tecnologia Agropecuária

PAC-PME lança site educacional para pequenas e médias

Por Ana Paula Ragazzi e Fernando Torres | Valor

RIO E SÃO PAULO - O grupo de trabalho do mercado que lançou o PAC-PME, um conjunto de propostas para viabilizar o acesso de pequenas e médias empresas ao mercado de capitais, encaminha hoje formalmente suas propostas ao Ministério da Fazenda e à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ao mesmo tempo, o grupo colocou no ar um site que, segundo Rodolfo Zabisky, um dos coordenadores do PAC-PME, tem caráter educacional.

"Estamos aproveitando toda a mobilização em torno do programa para fazer voltado para as pequenas e médias. Ele vai conter informações úteis para as empresas que faturam até R\$ 400 milhões ao ano consigam ter acesso ao mercado de capitais", diz Zabisky.

Além dos aspectos educacionais e de conteúdo sobre empreendedorismo, o site também oferece negociação nos EUA

Brasil Econômico MZ lança iniciativas para levar PMEs à bolsa

Ana Paula Ribeiro
 aribeiro@brasil.economico.com.br

Não vai ser por falta de iniciativas que as empresas brasileiras de médio porte deixarão de abrir o capital. A MZ, empresa especializada em relações com investidores, e a OTC Markets, que possui uma plataforma eletrônica de negociação, fecharam uma parceria para estimular a listagem dessas companhias com a promessa de que terão maior acesso aos investidores estrangeiros especializados nesse segmento, em geral de maior risco e menor liquidez.

A ideia é mostrar a essas empresas, em especial as que têm interesse em abrir capital no Ibovespa Mais (segmento de acesso de pequenas e médias empresas à bolsa, que entrou em 2009 com a Nutriplan) e desde então conta com apenas mais três), que com a listagem no OTC é possível ter acesso a 75% dos investidores do mercado dos Estados Unidos por um custo relativamente baixo, em torno de US\$ 20 mil ao ano.

A única exigência nessa listagem é, além de seguir as regras de governança brasileira, fazer a publicação dos comunicados também em inglês. Negociam nessa plataforma grandes corretoras dos Estados Unidos, como a E*Trade e Fidelity.

A parceria entre MZ e OTC Markets se soma a recentes iniciativas e anúncios, como a criação do grupo PAC-PME (Programa de Aceleração do Crescimento de Pequenas e Médias Empresas) e a intenção do novo presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Leonardo Pereira, de estimular a lista dessas empresas à bolsa. O presidente do Grupo MZ, Rodolfo Zabisky, reconhece, no entanto, que há um longo caminho pela frente a ser trilhado por essas empresas, até que elas cheguem ao ponto de emitir ações no Ibovespa Mais e serem listadas na parceria americana. Em sua avaliação, ainda há um trabalho de mudança de cultura a se fazer, uma vez que há uma resistência por parte de determinadas empresas em abrir capital. "E, depois disso, a companhia deve estar preparada para 'se vender'", diz Zabisky. "Quando a empresa não tem cobertura de análise, o que acontece no caso das pequenas, é maior a obrigação de fazer o seu próprio marketing, ir na frente do investidor e mostrar", disse. Segundo o vice-presidente da MZ nos Estados Unidos, John Matto, o público que interessa a essas investidoras são aquelas empresas já em fase operacional, com mais ou menos cinco anos de operação, fluxo de caixa definido e lucro líquido equi-

FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Pequena empresa quer incentivo para entrar na Bolsa

DE SÃO PAULO

Recomendar 21 | +1 0

A BM&FBovespa, a Comissão de Valores Mobiliários, o BNDES e outras instituições do mercado de capitais visitaram sete países — Reino Unido, Espanha, Canadá, Polônia, Austrália, Coreia do Sul e China — para saber por que as pequenas empresas desses locais chegam à Bolsa.

Bolsa é opção pouco usada por pequenas companhias. Em 2 anos, 1% de pequenas empresas buscaram a Bolsa

Nessas visitas, viram políticas de incentivos fiscais para o investidor que compra ações dessas empresas, auxílio financeiro para cobrir os custos da abertura de capital, até a formulação de regras mais flexíveis para listagem na Bolsa.

"Uma coisa que nos surpreendeu é que o custo fixo com advogados, consultores e auditores não é muito diferente do nosso. Não é verdade que é mais caro abrir o capital no Brasil", disse Cristiana Pereira, diretora da BM&F Bovespa.

BOLSAS REGIONAIS

Para o Conselho de Pequenas Empresas da Fecomercio-SP, a abertura de Bolsas regionais seria um dos mais importantes estímulos à abertura de capital de pequenas e médias empresas (PMEs).

A proposta faz parte do Plano Diretor da Micro e Pequena Empresa, que será encaminhado ao Ministério da Fazenda para destravar a participação das PMEs na Bolsa.

"Isso favorecerá modelos de negócio como o de Bill Gates, que deu origem à Microsoft nos EUA", afirma Paulo Roberto Feldman, presidente do conselho.

Segundo Feldman, 99% das empresas do país são de pequeno porte. "Em uma estimativa conservadora, pelo menos 50% delas teriam condições de abrir seu capital", diz.

Empresas e Negócios
 Like 186k | Seguir @pequempresas
 Google Custom Search | buscar
 HOME MOVIMENTO EMPREENDEADORA ABRA SEU NEGÓCIO CUIDE DE SEU NEGÓCIO FRANQUIAS
 PRINCÍPIOS EDITORIAIS | COMPARTILHE | IMPRIMA | TAMANHO DO TEXTO

750 pequenas empresas na Bovespa

Se o movimento pela entrada de negócios menores na bolsa vingar, será um marco histórico

Por Jack London*



Em 1968, um jovem de 21 anos, Dick Fosbury, resolveu inovar na prova olímpica de salto em altura ou, como alguns chamam, salto com vara. Utilizando seus conhecimentos de física e engenharia, decidiu pular o sarrafo de costas, e não de frente como todos faziam até então. Fosbury não apenas ganhou o ouro olímpico, mas subiu o recorde de altura do salto num grau maior do que nos 40 anos anteriores. O Fosbury Flop imediatamente virou o novo padrão de saltos, e tudo o que existia antes dele foi esquecido.

Achei essa história na abertura do livro Excelência Competitiva, do professor Marcos Felipe Magalhães, bela leitura para depois do Carnaval.

Flops são mudanças inesperadas, não planejadas e quase sempre disruptivas.

Que tal pensar em mudar totalmente a vida da Bolsa de São Paulo e propor que, num prazo razoável, ela inclua 750 empresas de pequeno e médio portes? Uma ideia inesperada, desconcertante, mas sem dúvida um flop de grandes dimensões.

Por diversas fontes, começo a ouvir falar de um movimento chamado PAC-PME, ou seja, Programa de Aceleração do Crescimento de PMEs.



M. 1000 | 11/12/2012 | 00h00

FINANÇAS

Coluna: Joaquin Casares
10/12/2012 10:00:00



CANADÁ

Royal Bank quer criar nova bolsa

O Royal Bank of Canada, o maior banco do país, está liderando uma empresa joint-venture a ser criada para criar uma nova bolsa considerável para competir com o grupo TMX, dono da Toronto Stock Exchange. A nova bolsa provavelmente será operada pela Bantay, o Fitch IBCA Financial, The Canada Corp e PSP Public Markets, em parceria com o mercado de capitais.

EMPRESAS LISTADAS NO BOVESPA MAIS

COM NEGOCIAÇÃO DE AÇÕES

- Senior Solution**
Cotação de abertura de capital: 04/10/2012
Valor de emissão: R\$ 15,50
Multiplicação de preço: 3,42x
- Nutriplant**
Cotação de abertura de capital: 11/02/2012
Valor de emissão: R\$ 10,00
Multiplicação de preço: 4,02x

SEM NEGOCIAÇÃO DE AÇÕES

- Triflex Business**
Cotação de abertura de capital: 08/10/2012
- Demais**
Cotação de abertura de capital: 03/10/2012

ANÁLISE

Para lançar uma oferta inicial de ações (negociação conhecida pelo termo em inglês IPO) de R\$ 100 milhões na Bolsa de São Paulo (BM&FBovespa) é preciso desembolsar entre R\$ 15 milhões e R\$ 19 milhões, segundo levantamento feito por 121 empresas que defendem a implantação de um programa de estímulos à abertura de capital de companhias com faturamento entre R\$ 16 milhões e R\$ 400 milhões. Além do custo, especialistas apontam que a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a própria Receita Federal mantêm uma série de exigências que dificultam a oferta de ações no Brasil.

eEconomista | Brasil
América.com | Brasil

Grupo tenta destruir entrada de pequenas na Bolsa de Valores

MARIA CAROLINA DE RÊ - 11/12 - 2012/2013

Para lançar uma oferta inicial de ações (negociação conhecida pelo termo em inglês IPO) de R\$ 100 milhões na Bolsa de São Paulo (BM&FBovespa) é preciso desembolsar entre R\$ 15 milhões e R\$ 19 milhões, segundo levantamento feito por 121 empresas que defendem a implantação de um programa de estímulos à abertura de capital de companhias com faturamento entre R\$ 16 milhões e R\$ 400 milhões. Além do custo, especialistas apontam que a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a própria Receita Federal mantêm uma série de exigências que dificultam a oferta de ações no Brasil.

Rodolfo Zabisky, representante de um grupo que defende a capitalização das companhias brasileiras a partir da aplicação de um programa de estímulos fiscais conhecido como Programa de Aceleração do Crescimento para Pequenas e Médias Empresas (PAC PME), explicou que as condições hoje para se fazer um IPO são muito restritas. Ele encabeça um movimento que pede ao governo federal medidas de desoneração e estímulo ainda em 2013, que segundo Zabisky, podem alavancar investimento de R\$ 84 bilhões nos próximos cinco anos.

A proposta consiste em isentar de imposto de renda o ganho de capital na venda de ações de uma pequena empresa e oferecer crédito tributário de R\$ 4 milhões para o imposto de renda durante cinco anos. "Com o PAC PME o governo deixará de arrecadar R\$ 7,9 bilhões em crédito tributário e desonerações fiscais, mas, em contrapartida, deve ganhar aproximadamente R\$ 10,4 bilhões em imposto de renda, ou seja, no somatório terá incremento de R\$ 2,5 bilhões em receita", disse Zabisky.

Atualmente, a Bolsa de São Paulo possui 356 companhias listadas. Querendo alavancar as negociações de corporações menores ela criou em 2007 um segmento chamado Bovespa Mais com taxas de manutenção e fiscalização mais baixas. De lá pra cá, apenas quatro companhias lançaram ações (Desenvix Energias Renováveis, Nortec Química, Nutriplant e Senior Solution).

No início de junho o diretor-presidente da Bovespa, Edmir Pinto, apresentou um projeto para o ministro da Fazenda, Guido Mantega, com o intuito de favorecer a listagem de empresas com faturamento anual de até R\$ 500 milhões. O projeto defende uma política fiscal que dê incentivos aos investidores que comprarem papéis (títulos e ações) de pequenas e médias.

Rodolpho Amstalden, analista da Empiric Research, explicou que por ter poucas companhias, a Bovespa não representa a economia real do Brasil: "O País tem um parque corporativo plural e muito representativo, mas nossa bolsa não reflete isso. Países emergentes como a Austrália, China e Índia possuem um número considerável de empresas médias negociando ações, enquanto aqui as barreiras de custo e capacidade travam as negociações e dificultam investimentos do setor privado".

O especialista lembrou que o baixo apetite pela entrada no mercado de ações também reflete um receio ante a desvalorização observada pelas ações da Nutriplant, que estreou na Bovespa Mais em 2008 e viu seus papéis derreterem em pouco tempo.

ANÁLISE

Para lançar uma oferta inicial de ações (negociação conhecida pelo termo em inglês IPO) de R\$ 100 milhões na Bolsa de São Paulo (BM&FBovespa) é preciso desembolsar entre R\$ 15 milhões e R\$ 19 milhões, segundo levantamento feito por 121 empresas que defendem a implantação de um programa de estímulos à abertura de capital de companhias com faturamento entre R\$ 16 milhões e R\$ 400 milhões. Além do custo, especialistas apontam que a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a própria Receita Federal mantêm uma série de exigências que dificultam a oferta de ações no Brasil.

Pequenos IPOs estão a caminho

DCI
DIÁRIO COMÉRCIO INDÚSTRIA & SERVIÇOS

19/12/2012 - 00h00

Assuntos relacionados: política econômica

Fiesp quer levar empresas médias ao mercado de capitais

SÃO PAULO - Levar empresas de médio porte ao mercado de capitais. Esta é a meta da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) para 2013. O trabalho ser...

Anna França - agências

BRAZIL
CONFIDENTIAL

INSIGHT COMPANIES LOOK TO FRONTIER MARKETS FOR GROWTH

Regulatory changes could help offset sluggish market for small cap stocks. Banks, industry associations and government officials are discussing proposals that would make it easier for small and medium-sized companies to go public. The actual number of companies listed in Brazil is relatively low for the size of the economy, and the average value is much higher than elsewhere in the world. For example, the country had 361 listed companies in June 2012, compared with 6,788 in India and 1,777 in South Korea. As such, new measures being designed to reduce and streamline processes, according to the CVM, securities regulator. "As measures are implemented, we would expect to see an increase in listings in the second half of 2013," said Bruce Mescher, partner for offering services at the consultancy. In the meantime, the investment bank has forecasted 30 issues of small companies over the next 18 to 24 months, estimated at R\$500m (\$249m) could be raised.

go public, companies would receive tax breaks that would help them offset the cost of listing. Investors would be exempted from capital gains tax on exit, a benefit that is already offered to foreigners. "A small issuer spends today 15% to 19% of the capital raised with on listing costs which is quite a lot, so they'd rather go for cheaper sources of capital," said Rodolfo Zabisky of MZ Group, an investment consultancy.

Brazil's small caps market Bovespa Mais has sought to attract businesses by allowing them to obtain a stock market listing without having to make an immediate public offering. Companies can take up to seven years of preparation before issuing at least 25% of their shares. For example, Senior Solutions, a software developer for financial services, took almost a year to issue its shares since joining the Bovespa Mais in May 2012. In March this year, it raised \$62m in an offering restricted to Brazilian investors. Senior Solutions has also sought to take advantage of the rise in investor interest in smaller companies in Brazil by offering them advice on listing, according to its chief executive, Bernardo Gomes. "Today, investors in Brazil [are more] willing to consider shares with less liquidity, but with a good prospect for long-term returns," he said.

Poucos investidores e muitas regras afastam as PMEs da Bolsa

Desde que foi criado, mercado voltado para empresas de pequeno e médio porte só atraiu quatro companhias

Gabriel Ferreira

Ter ações listadas na Bolsa de Valores é um dos grandes símbolos de sucesso que uma empresa pode ostentar. Mais do que uma forma de financiamento, ser uma companhia contribui para a imagem da empresa, facilitando contatos com clientes, fornecedores. Isso acontece porque as regras de boa governança exigidas para quem lista seus papéis na maior segurança para todos que, por algum motivo, tenham de negociar com aquela. No Brasil, ter ações listadas na Bolsa não é exclusividade de gigantes como Petrobrás. Pequenas e médias empresas têm seu espaço reservado - ou, pelo menos, há um espaço criado para que isso ocorra.

Conhecido como mercado de acesso, a listagem das ações de empresas de menor porte batizada de Bovespa Mais. Nascido em 2005, esse mercado custa a se popularizar e em alguns países, como Inglaterra e Canadá, o número de empresas inscritas nos mercados de acesso ultrapassa os milhares, no Brasil apenas quatro companhias abriram capital. Dessas, apenas duas fizeram o processo de oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) para iniciar a comercialização dos papéis na Bolsa de Valores. Em 2008, a Nutriplant captou 20 milhões de reais com a venda de ações e, em março deste ano, a Senior levantou 62 milhões de reais em sua oferta inicial.

O baixo número de participantes não é sinal de que o mercado não tenha potencial de desenvolvimento. A BM&FBovespa diz ter um mapeamento de 200 empresas com potencial para aderir à Bolsa. Esse abismo entre o número potencial e o real tem se tornado um desafio de difícil resolução para a Bolsa e também para as empresas. Um dos maiores obstáculos é a baixa participação de pessoas físicas no mercado de ações. "Historicamente, os investidores são muito ligados aos investidores locais. O problema é que isso foge da realidade brasileira, já que 70% das ações lançadas em IPOs na Bovespa costumam ser compradas por investidores estrangeiros", afirma Cristiana Pereira, diretora de Desenvolvimento de Negócios da BM&FBovespa.

No país, menos de 0,5% da população investe diretamente em ações. Em outros mercados emergentes, a média chega aos 5%. Como nem todo grande fundo de investimento conhece as minúcias do segmento de PMEs no Brasil - que corresponde a 99% das companhias - a abertura de capital de uma companhia como a Nutriplant, que atua na produção de micronutrientes de solo, correria o risco de não ser percebida. Contudo, a empresa decidiu arriscar e direcionou todos os seus esforços de captação para sua estreia na Bolsa. "Exigências e dificuldades do processo, achamos mais fácil fazer a abertura de capital buscando um fundo de investimento", afirma Ricardo Pansa, presidente da companhia. A Nutriplant foi a primeira a entrar para o Bovespa Mais e aplicou grande parte dos 21 milhões de reais captados para engordar seu capital de giro. "Para nós também seria bom ter mais empresas listadas, já que isso atrairia o interesse de mais investidores e aumentaria a liquidez do mercado", diz Pansa.

ISTOÉ Dinheiro

Pequenas empresas PROJETO

Pelo capitalismo de risco no Brasil

MOVIMENTO Integrantes de mais de 120 associações empresariais querem remover os entraves ao acesso de pequenas e médias empresas à Bolsa de Valores

POR JACILIO SARAIVA

EM ÉPOCA DE pessimismo em relação ao futuro da economia brasileira, um grupo quer manter acesa a chama de um setor conhecido pela perseverança: as pequenas empresas. O movimento PAC-PMEE, que reúne mais de 120 integrantes entre associações da indústria, do comércio, de bancos e consultorias, pretende desarticular o acesso de negócios de menor porte à captação de recursos na Bolsa. Além disso, planeja criar melhores condições para o crescimento das organizações, ampliar a competitividade e contribuir com a elevação do Produto Interno Bruto (PIB).

O grupo estima que, ao abrir as portas das companhias ao mercado, seria possível atrair 84 bilhões de reais em investimentos, além de fomentar a arrecadação de tributos e a criação de empregos. Pelos cálculos da iniciativa, caso as propostas sejam adotadas pelo governo, poderiam ocorrer 750 aberturas de capital em cinco anos, cada uma com captação média de 100 milhões de reais.

Erik Camarano, diretor-presidente do Movimento Brasil Competitivo (MBC), um dos líderes da articulação do movimento, diz que a regulação para a abertura de capital pelas PMEs existe, mas

praticamente não saiu do chão. "O 'ticket médio' das ofertas públicas iniciais de ações (IPO, em inglês) é muito alto e somente as empresas grandes fazem o lançamento de papéis", diz. "As médias e pequenas não conseguem entrar nesse ciclo e há uma enorme possibilidade de esse mercado crescer, quando conseguirmos trabalhar com os incentivos corretos." As ideias do PAC-PMEE já foram apresentadas ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Os representantes foram recebidos pelo secretário-executivo do

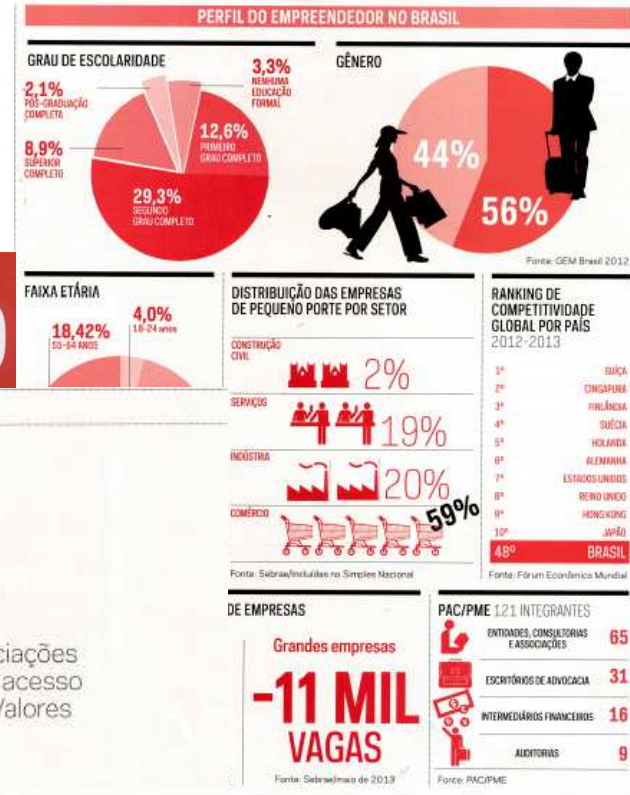
Ministério, Alessandro Teixeira. Há agenda marcada também com a secretaria do Tesouro para discutir a mudança na quem desconta o imposto de renda. "Queremos fazer uma mudança de captação de recursos para o país, para que a renda seja mais atrativa", diz.

A pequena hoje tem as mesmas regras que as grandes. Mas, segundo o estudo, as menores, menos listadas, são as que mais precisam de apoio.

SÃO PAULO - Um estudo do Banco Mundial colocou a Bovespa na 23ª posição em termos de quantidade de empresas de capital aberto, contabilizando 353 companhias listadas ao final de 2012. Nessa métrica, a bolsa brasileira está muito mais parecida com os mercados de Mongólia e Vietnã do que Índia e Estados Unidos - campeões de listagem.

Além disso, em termos percentuais a bolsa brasileira é a segunda que mais perdeu empresas listadas entre 2008 e 2012 - através de OPA (Ofertas Públicas de Aquisição), sendo a quantidade encolher de 432 para 353 de 2008 a 2012 - queda de 18,3%. "Excetuando-se os Estados Unidos, que foi o epicentro da derrocada financeira global que teve início em março de 2007, o Brasil foi o país que registrou o maior encolhimento em termos de número de empresas listadas em bolsa", afirma Rodolfo Zabisky, CEO (Chief Executive Officer) do @attitude e idealizador do movimento PAC-PMEE (Programa de Aceleração de Crescimento para Pequenas e Médias Empresas).

O mercado acionário poderia atrair 84 bilhões de reais em investimentos para as companhias



InfoMoney

Informação que vale dinheiro

Bovespa tem a mesma quantidade de empresas que bolsa da Mongólia e Vietnã

Bolsa brasileira é a segunda que mais perdeu empresas listadas entre 2008 e 2012, indo de 432 para 353 no período, mostra estudo do Banco Mundial

Por Felipe Moreno | 11h30 | 24-05-2013

SÃO PAULO - Um estudo do Banco Mundial colocou a Bovespa na 23ª posição em termos de quantidade de empresas de capital aberto, contabilizando 353 companhias listadas ao final de 2012. Nessa métrica, a bolsa brasileira está muito mais parecida com os mercados de Mongólia e Vietnã do que Índia e Estados Unidos - campeões de listagem.

Além disso, em termos percentuais a bolsa brasileira é a segunda que mais perdeu empresas listadas entre 2008 e 2012 - através de OPA (Ofertas Públicas de Aquisição), sendo a quantidade encolher de 432 para 353 de 2008 a 2012 - queda de 18,3%. "Excetuando-se os Estados Unidos, que foi o epicentro da derrocada financeira global que teve início em março de 2007, o Brasil foi o país que registrou o maior encolhimento em termos de número de empresas listadas em bolsa", afirma Rodolfo Zabisky, CEO (Chief Executive Officer) do @attitude e idealizador do movimento PAC-PMEE (Programa de Aceleração de Crescimento para Pequenas e Médias Empresas).

BOM PARA O GOVERNO E PARA O BRASIL

- B+COMPET equivaleria ao 4º maior PAC em volume de recursos (e privados), atrás de energia (1º), habitação (2º) e transporte (3º);
- Sem qualquer impacto de arrecadação (custo "zero" ao Governo);
- +R\$84 bilhões de investimento privado produtivo (cresce taxa de investimento e cresce taxa de poupança como % do PIB);
- +R\$2,5 bilhões de ganho líquido de IR;
- +R\$6,8 bilhões de INSS/FGTS (decorrente da geração de emprego);
- Ganhos adicionais com tributos estaduais e municipais;
- Formalização de cadeias produtivas e descentralização setorial; e
- Crescimento sustentado do PIB (com aumento da pauta de exportação por PMEs - setor que mais emprega).

B+COMPET: SETOR REAL DA ECONOMIA

Mais de 1,1 milhão de empregos formais e crescimento produtivo sustentável, com +R\$10 bilhões em arrecadação ao Governo

BOM PARA AS EMPRESAS (TODOS SETORES)

- Melhoria de competitividade e inovação;
- Acesso a capital de crescimento (menor custo de captação e maior capacidade de alavancagem, M&As e *follow-ons*);
- PMEs respondem por mais de 60% do emprego no Brasil, porém ainda menos de 2% da pauta de exportação;
- Mais governança corporativa e perpetuação dos negócios;
- Maior formalidade e liquidez patrimonial;
- Maior produtividade e sustentabilidade de PMEs brasileiras; e
- Crescimento sustentado do PIB (ênfase no empreendedorismo).

B+COMPET: MAIOR COMPETITIVIDADE

Empreendedorismo, tecnologia, inovação, produtividade e crescimento sustentado da pauta de exportação brasileira por PMEs

BOM PARA OS TRABALHADORES DAS MÉDIAS EMPRESAS

- Mais de 1,1 milhão de empregos formais (modelo BNDES conservador);
- Programa de opção de ações aos trabalhadores (oportunidade de criação de riqueza);
- Crescimento do poder aquisitivo dos trabalhadores;
- +Educação e descentralização geográfica/setorial;
- Favorece o empreendedorismo e a inovação; e
- Crescimento sustentado do PIB (com aumento da taxa de poupança interna).

B+COMPET: CRESCIMENTO DO TRABALHADOR

Inovação em programas de opções de ações possibilita maior engajamento e maior renda aos trabalhadores